



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/GO

ESTUDO PRELIMINAR Nº 142943546/2025-GTED/SELOG/SR/PF/GO

Processo nº 08295.010072/2025-75

## 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Número do processo: 08295.003820/2024-82 - processo para contratação de EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA COM VISTAS A EXECUTAR REFORMA PARA ADEQUAÇÃO DO LAYOUT DA SR/PF/GO.

## 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. As condições atuais do edifício que abriga a sede da Superintendência de Polícia Federal em Goiás não são compatíveis com as necessidades de uso e de segurança da edificação. Além da defasagem estética e do desgaste em razão de cerca de vinte anos de uso, diversos outros problemas são notados nas instalações existentes.

2.2. Esteticamente o interior do prédio que abriga a superintendência é antigo e reflete uma realidade arquitetônica já superada, cooperando para denegrir a imagem do órgão frente ao público externo, transmitindo a ideia de uma instituição arcaica e defasada, apesar de tal impressão não ser compatível com a realidade do órgão. Neste sentido, o forro com abundância de placas manchadas e recurvadas e as diversas salas divididas com divisória revestida de tecido azul e mofado, cooperaram para dar à edificação um aspecto ultrapassado e, portanto, carente de reforma.

2.3. Todavia, a justificativa para a presente demanda não se restringe a questões de ordem estéticas. Outros problemas, de ordem técnico-operacional, fundamentam a necessidade da presente contratação. Dentre eles o principal e que mais tem trazido problemas para o desenvolvimento da atividade fim diz respeito à deficiente capacidade de isolamento acústico das divisórias existentes. Não é possível haver sigilo nas ações e investigações policiais com as atuais divisórias. Em face desse cenário, mostra-se imperioso que sejam implantadas divisórias capazes de atenuar a condução de som entre as salas da delegacia.

2.4. Além da substituição das divisórias para melhorar a acústica, a reforma torna viável uma adequação do layout das salas, demanda urgente que trará melhor aproveitamento dos espaços e, consequentemente, garantirá melhores condições de trabalho aos servidores. Frise-se que a adequação do layout visa também à racionalização dos espaços, criando ambientes de dimensões compatíveis com as necessidades, corrigindo distorções e melhorando o aproveitamento da área construída.

2.5. Há, ainda, questões de segurança orgânica que podem ser citadas como justificativa para a presente contratação. Atualmente os recursos de controle de acesso e monitoramento podem ser expandidos a fim de garantir máxima segurança na edificação.

## 3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. Área Requisitante: SELOG/SR/PF/GO

3.2. Responsável: JOÃO FRANCO DE URZÊDA JUNIOR

#### **4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e demais anexos do Edital. Como requisitos lato sensu, a contratação deve contemplar o seguinte:

4.1.1. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

4.1.2. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

4.1.3. Dimensionar corretamente a prestação do serviço e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível; e

4.1.4. Célere instrução do processo.

4.2. Requisitos Técnicos a serem exigidos dos prestadores deste serviço:

4.2.1. Mínimo de 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, indicando endereço e telefone da emitente, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem aptidão para o desempenho da atividade, compatível em características e prazo com o objeto a ser contratado; comprovando que a licitante tenha executado serviço semelhante, conforme exigência especificada no termo de referência;

4.2.2. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro de funcionários, na data da licitação, pelo menos 01 (um) profissional de nível superior ou outro apto a desenvolver as atividades relacionadas com o objeto desta licitação, para atuar como Responsável Técnico no Contrato, mediante apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo conselho da jurisdição do domicílio do profissional e de um documento que comprove o vínculo empregatício com a Licitante.

4.2.3. Declaração datada e assinada pelo responsável legal da empresa de que na execução dos serviços objeto do termo de referência, obedecerá às Normas Técnicas da ABNT - NBR.

4.3. A vistoria prévia à participação na licitação deverá ser facultativa.

4.4. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, em horário comercial, devendo o agendamento ser efetuado previamente, quando será emitido Termo de Vistoria, comprovando que o responsável técnico da empresa vistoriou o local da obra e esclareceu todas as dúvidas de ordem técnica e legais.

4.5. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.6. A não realização da vistoria, sendo facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.7. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, em até três dias úteis da data fixada para abertura da sessão pública.

4.8. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

4.9.1. Racionalização/economia no consumo de energia e água;

4.9.2. Triagem adequada dos resíduos gerados nas atividades realizando a separação dos resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços em parceria com a Contratante, observados os dispositivos legais e de acordo com o Decreto 5.940 /06 e IN/MARE nº 6/1995; A disposição final e

ambientalmente adequada das embalagens, resíduos, peças e dos equipamentos após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.9.3. Aplicam-se ao Termo de Referência, no que for aplicável, as disposições estabelecidas na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI (do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambientais.

4.10. Em relação às condições de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho.

4.11. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte: (i) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços; (ii) Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE; (iii) Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE; a) a Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art. 3º, no inciso I do art. 5º, e no inciso XX do art. 7º;

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Cada projeto cria um produto, serviço ou resultado exclusivo. Embora elementos repetitivos possam estar presentes em algumas entregas do projeto, essa repetição não muda a singularidade fundamental do trabalho do projeto.

5.2. Essa característica de unicidade dos projetos lhes confere um determinado grau de incerteza. Devido a isso, os projetos geralmente são divididos em fases para facilitar sua concepção e gerenciamento.

5.3. Os projetos para construção, reforma ou ampliação de um empreendimento geralmente são elaborados em etapas sucessivas, conhecidas como ciclo de vida de um projeto. Segundo essa abordagem conceitual, cada etapa deverá ser desenvolvida de forma que guarde sintonia com as demais etapas, tenha consistência material, atenda às diretrizes gerais do programa de necessidades e dos estudos de viabilidade e aos requisitos das normas a ela aplicáveis.

5.4. O gerenciamento de um projeto de grande porte é muito complexo, dificultando a compreensão de todas as ações que precisam ser tomadas, para planejar e executar com sucesso o projeto. Para se ter um perfeito entendimento do significado de cada parte e da forma como ela se encaixa no cenário do projeto, torna-se necessária a divisão do projeto em partes. Este procedimento possibilita um melhor entendimento das diversas partes do projeto, seus pacotes de trabalho, seus fluxos lógicos de atividades, bem como das fases que ele percorrerá em sua evolução, crescimento e declínio (Cleland, 1994).

5.5. Com base nisso vale destacar algumas modalidades de contrato, conforme exposto a seguir:

### **5.5.1. Design-Bid-Build (DBB)**

5.5.1.1. De acordo com Beck (2002), nesta modalidade de contrato, aloca-se ao proprietário o risco maior do empreendimento, além de assumir a responsabilidade de comissionar a planta, fazer o start-up e conduzir a operação. O proprietário assume o gerenciamento integral, e contrata, separadamente, os serviços de engenharia, equipamentos e materiais e a construção. O projetista e a construtora não agem de maneira integrada, assim como após a operação.

5.5.1.2. O benefício maior dos contratos DBB é que o projeto começa a partir de um relatório de viabilidade, um levantamento de custo (orçamento) e projeto básico; segue-se o projeto executivo, onde ficam definidos os custos e benefícios do projeto.

5.5.1.3. É o caso típico das obras licitadas pelos órgãos governamentais, tanto federal, estaduais ou municipais, conforme Lei 8.666, cujo vencedor é aquele de menor preço.

5.5.1.4. As preocupações destes contratos são várias, podendo citar o tempo de

implantação do empreendimento, a qualificação por menor preço, pois pode comprometer a qualidade e, devido o menor custo, há prejuízo no uso de novas tecnologias nos projetos.

#### 5.5.2. **Design-Build (DB)**

5.5.2.1. Nesta modalidade, são contratados o projeto e a sua construção. Ele pode ser dividido em dois tipos, sendo que no primeiro tipo o contratante se baseia na experiência e qualificação do contratado, enquanto que no segundo tipo, se baseia na combinação de qualificação e preço. Cabe ao contratado agregar uma empresa de construção e outra projetista, formando um conjunto único, porém, o contrato será somente com o DB.

5.5.2.2. Cabe ao proprietário do empreendimento definir o projeto básico, ficando para o contratado o desenvolvimento do projeto executivo e a construção.

5.5.2.3. Normalmente o critério de pagamento é por preço global, garantido por seguro de risco e fiança bancária. O dono do empreendimento pode utilizar uma equipe pequena para fiscalizar o andamento da obra e aprovar os pagamentos. Os benefícios da modalidade DB é que a responsabilidade perante o contratante é de apenas um agente, o que reduz em muito disputas e reivindicações.

5.5.2.4. Além disso, face o projeto e a construção estar sob um mesmo gerenciamento, reduz atritos e quase sempre resulta em economia de tempo, reduzindo o cronograma, resultando em ganho para o contratante e bônus para o contratado. As preocupações maiores são, além da qualidade, a questão do seguro garantia, pois há riscos tanto do contratante como do contratado. Há a necessidade de obtenção de licenças para implantação do empreendimento, sendo esta uma responsabilidade do contratado. Uma alternativa para esta preocupação é o contratante trazer para si esta responsabilidade. Outra desvantagem é sacrificar o projeto em função da redução de custos

#### 5.5.3. **Engineer-at-Risk (EAR)**

5.5.3.1. A modalidade EAR é uma variação da modalidade DB. Neste caso, o risco é quase que totalmente assumido pelo contratante. Estruturalmente, o contrato tipo EAR é semelhante ao DB e a sua contratação é resultado de uma combinação de qualificações, onde o preço apresentado é de total responsabilidade (riscos) do contratante. Cabe ao proprietário definir os critérios do projeto, antes de contratar o EAR. As condições comerciais estipulam programas de garantias globais por parte do contratante EAR.

5.5.3.2. As vantagens dos contratos EAR é que os projetos têm definidos, com antecedência - projeto básico, os critérios básicos do empreendimento. Outra vantagem é que esse tipo de contrato oferece os benefícios de um contrato tipo DB, associado ao fato de assumir os riscos do negócio.

#### 5.5.4. **Design-Build-Operate (DBO)**

5.5.4.1. Neste caso, o proprietário contrata o projeto, a construção e a operação. Cabe ao contratado a responsabilidade total sobre o projeto, construção, comissionamento, testes de aceitação e operação do empreendimento no longo prazo.

5.5.4.2. O contrato tipo DBO é tipicamente baseado na liberação dos recursos financeiros pelo proprietário ao contratado, que se responsabiliza por todas as etapas da obra. Geralmente cabe a um dos participantes do consórcio, honrar financeiramente as garantias do empreendimento.

5.5.4.3. A garantia de desempenho é um contrato entre o proprietário do empreendimento e o fiador do projeto, normalmente um dos consorciados. Vários são os benefícios do DBO, iniciando pelo fato de ser ter um único responsável pelo projeto, construção e operação. Por ser um único responsável, este pode atuar reduzindo custos e prazos; há permissão ou liberação da projetista e do construtor na busca de novas tecnologias; possibilidade de desenvolvimento paralelo do projeto e construção, com isto reduzindo os prazos e maior facilidade de obter com antecedência o custo real do projeto.

5.5.4.4. As preocupações em relação a essa modalidade podem ser assim resumidas: (i) o proprietário do projeto perde o controle dos detalhes da construção, dos prazos e do

planejamento da operação; (ii) as propostas, pela sua complexidade, apresentam valores elevados, quer dizer, altos custos; e (iii) o proprietário permanece longe do que está ocorrendo no dia-a-dia da operação do projeto.

#### **5.5.5. Builder-Owner-Operate-Transfer (BOOT)**

5.5.5.1. Nesta modalidade, ao vencer uma licitação, a empresa projeta, constrói, opera e vende ao agente um certo produto, por uma tarifa e prazo definidos. Nos projetos do tipo BOOT, os contratados são geralmente pré-qualificados e a seleção final é feita pelo preço e ou tarifa oferecida.

5.5.5.2. O modelo BOOT é semelhante ao DBO, sendo que as principais diferenças são que no BOOT o vendedor financia o projeto, baseado no mecanismo “take-or-pay”, ou seja, se paga pelo contrato, tenha ou não utilizado todo o produto contratado. É um pacote de risco. O maior benefício é que os riscos ficam com o vendedor do BOOT.

5.5.5.3. As preocupações com contratos desta modalidade incluem a redução da fiscalização do proprietário nos detalhes do empreendimento, os altos custos das propostas podem limitar o número de participantes e, finalizando, exigências de padrões elevados de operação e manutenção, visando proteger ao máximo a vida útil do empreendimento.

#### **5.5.6. Engineering, Procurement, Construction (EPC)**

5.5.6.1. Para a execução de um empreendimento o cliente idealizador do projeto geralmente realiza a contratação de uma ou mais empresas que irão planejar, projetar e executar as tarefas necessárias para conclusão do projeto. No mercado são aplicadas várias modalidades de contratação, diferindo entre si principalmente pelo risco que cada uma das partes assume (contratante e contratada).

5.5.6.2. Há um somatório de informações quando nos referimos a um projeto tendo como modalidade de contratação Engineering, Procurement, Construction (EPC). Na prática, ao se referir a essa modalidade de contrato, significa informar que a área de aplicação ou de negócios é a área de engenharia e construção e que o contratado tem a responsabilidade de entregar ao contratante o produto (objeto do contrato ou projeto) pronto para ser utilizado, ou seja, entregar “a chave na mão (turnkey)” do contratante que, por sua vez, terá que pagar ao contratado um montante já previamente definido (preço fixo ou preço global).

5.5.6.3. Segundo Wade (2005), para a Fédération International e des Ingénieurs Conseils (FIDIC) que define e publica padrões para contratos do setor de engenharia e construção, os projetos regidos por contratos EPC Turnkey têm as seguintes características:

- a responsabilidade pelo design fica somente com a contratada;
- o contratante prove os requisitos segundo os quais a contratada projeta;
- a contratada realiza todo processo de Engineering, Procurement, Construction (EPC)), provendo as instalações plenamente equipadas e prontas para operação (turnkey);
- o contrato é do tipo preço global

5.5.6.4. Para eles, o projeto de construção segundo um contrato EPC é apenas uma parte de um complicado empreendimento comercial, no qual a duração e o custo são elementos críticos para os financiadores. Portanto, erros (financeiros, dentre outros riscos) podem impactar o resultado esperado. Por outro lado, a contratada ao assumir a responsabilidade por uma ampla gama de riscos demandará a contrapartida equivalente e que pode impactar a própria viabilidade do projeto.

5.5.6.5. Segundo Fontoura (2006), além da abrangência EPC “completa”, definida pelo FIDIC, a abrangência do objeto dos contratos na construção pesada pode variar. A título de ilustração, citam-se duas situações:

1. apenas a parte de “construção” é contratada: nesse caso o contrato contemplaria simplesmente a parte de construção civil e de montagem de componentes eletromecânicos. Os serviços de elaboração do projeto básico e/ou executivo e serviços correlatos, tais como sondagens, ensaios e testes de laboratório, assim como o

fornecimento dos componentes eletromecânicos, ficariam sob a responsabilidade da contratante;

2. as partes de “engenharia” e “construção” (também chamadas de “Design and Build - DB”) são contratadas: nesse caso, além dos serviços de elaboração dos projetos básico e executivo, da construção civil e da montagem eletromecânica, a parte contratada também seria responsável pelo anteprojeto de engenharia. O fornecimento dos componentes ficaria sob a responsabilidade da parte contratante.

5.6. Pelo exposto e devido ao fato em questão, a modalidade que melhor se enquadra no objeto desta licitação é *DESIGN-BID-BUILD* que é a mais utilizada por órgãos públicos para demandas como a presente.

5.7. Primeiramente, foi elaborado um projeto executivo para a reforma da superintendência, incluindo o levantamento de quantitativos e precificação. Este projeto foi produzido pelo próprio órgão, por meio de engenheiro civil pertencente ao seu quadro de servidores. Esta etapa foi devidamente concluída. Na etapa atual se busca a contratação da execução do serviço conforme projetado, por meio de processo licitatório específico.

5.8. Com relação ao projeto elaborado e às opções adotadas, cumpre esclarecer que trata-se de conjunto de serviços bastante simples e trivial. Como é de praxe, conforme revelou PERQUISA DE MERCADO feita pelo projetista, incluindo visitas a outras unidades da Polícia Federal, o padrão arquitetônico dos prédios pesquisados e usualmente construídos atualmente prevê a instalação de acabamentos compatíveis com o projeto elaborado.

5.9. A PESQUISA DE MERCADO não revelou alternativas às práticas usuais, já consolidadas, testadas e aprovadas por meio do uso efetivo dos prédios pesquisados. Em relação às especificações dos materiais previstos, o projetista adotou os padrões definidos pela Polícia Federal em sede de manual de padronização, que rege a elaboração de projetos dessa natureza no âmbito do órgão. Portanto, não há viabilidade técnica em optar por soluções alternativas, ainda que pontualmente disponíveis no mercado.

5.10. Desse modo, em relação aos aspectos técnicos de engenharia, salvo melhor juízo dos aspectos de legalidade e contratações, entende-se que a característica finalística do procedimento de licitação, selecionar a proposta mais vantajosa ao interesse público, será atingida através da contratação direta em tela, sendo necessário a análise jurídica conforme a possibilidade de realização deste trâmite, além da aprovação do Ordenador de Despesas.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1. As especificações técnicas e demais informações serão devidamente tratadas no Termo de Referência e seus anexos, notadamente nos documentos técnicos de projeto que instruem os autos. Neles estão descritos minuciosamente os parâmetros a serem seguidos para a execução do objeto pretendido.

6.2. De modo geral, em síntese, trata-se de contratação de Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura especializada e habilitada na prestação de serviços de REFORMA PARA ADEQUAÇÃO DO LAYOUT DA SR/PF/GO.

## **7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

7.1. Está prevista a reforma total das instalações internas da superintendência, segundo planilha orçamentária que instrui o presente processo. Cumpre ressaltar que, não obstante a reforma englobar serviços em maior quantidade em algumas partes específicas do prédio e apenas pequenas intervenções em outras, todo o edifício será beneficiado pela contratação. Ademais, trata-se de um conjunto único de serviços de engenharia que devem ser contratados NECESSARIAMENTE de forma integral.

7.2. Neste bojo estão sendo previstos todos os serviços de engenharia referentes à reforma das instalações, incluindo todos os itens necessários.

## **8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. Valor (R\$): 668.220,33 (*seiscentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte reais e trinta e três centavos*)

8.2. O valor estimado pela Administração foi obtido através de orçamentação utilizando os quantitativos levantados em projeto e como referência de preços as tabelas oficiais de referência citadas no Termo de Referência e seus Anexos.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

9.1. O art. 40, inciso V, alínea b, da Lei 14.133/2021, dispõe que deverá ser observado o princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2. O método utilizado para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação assegure, concomitantemente é o apresentado a seguir:

9.2.1. O parcelamento deverá ser técnica e economicamente viável:

9.2.1.1. O serviço de REFORMA PARA ADEQUAÇÃO DO LAYOUT DA SR/PF/GO não pode ser parcelado em grupos de serviços.

9.2.1.2. O parcelamento do objeto é técnica e economicamente inviável, tendo em vista as implicações de fiscalização da prestação do serviço e da responsabilização por materiais ou serviços realizados de forma inadequada. Isso porque, via de regra, quando há fornecimento de material para a realização de obras e serviços de engenharia, comuns ou não, há uma dificuldade de se responsabilizar a execução quando o material não é fornecido pelo executor do serviço. Exemplificativamente: um fornece a tinta, o outro pinta a parede. Inicialmente parece a forma mais adequada, todavia, quando a execução não fica bem feita o pintor tende a responsabilizar a qualidade da tinta adquirida e o fornecedor do material, no caso a tinta, tende a alegar que ela não foi dissolvida corretamente, por exemplo. Outro exemplo: se o executor da pintura não for o mesmo que executou a parede de gesso acartonado e forem constatadas irregularidades na superfície, o pintor dirá que o defeito se deve ao primeiro serviço, ao passo que o executor das paredes dirá que a pintura foi executada de forma errada. A garantia da qualidade da execução deve ser dada pelo contratado e este deve ser responsável pelo fornecimento do material e pela execução de todos os serviços, de modo a não gerar dúvidas quanto à responsabilização.

9.2.1.3. Portanto, não há possibilidade técnica de fracionamento do objeto, sob risco de essa opção importar em prejuízos quanto à qualidade final das entregas e, principalmente, quanto à individualização das responsabilidades para fins de exigência de ações reparadoras em garantia. Isso porque, como foi descrito, a quase totalidade dos serviços implica na execução de trabalhos sobre itens previamente executados. Nesse cenário, normalmente, a boa execução do serviço anterior garante a correta execução do serviço feito à posteriori. O inverso também é válido. Logo, para qualquer problema que se venha a verificar, ficaria duvidosa a responsabilização dos executores, que, naturalmente, tenderiam a imputar culpa à qualidade de execução dos itens que eles mesmos não executaram.

9.2.2. O parcelamento não poderá acarretar em perda de escala:

9.2.2.1. Não havendo possibilidade de parcelamento, não há que se falar em perda de escala.

9.2.3. O parcelamento deverá gerar o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

9.2.3.1. Não havendo possibilidade de parcelamento, não há que se falar em melhor aproveitamento de mercado. Ademais, é evidente que o caso contrato todos os serviços demandados são ordinariamente executados por empresas comuns de engenharia ou arquitetura, atuantes no mercado nacional, sem que exista demanda por serviços notoriamente especializados ou incomuns.

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1. Nenhuma contratação correlata se faz necessária.

## **11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

11.1. A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Planejamento estratégico da Polícia Federal (2024-2027), contribuindo para que se atinjam o seguinte fator crítico de sucesso:

11.2. **2.6.1. Ação Estratégica: Otimizar a Gestão das Obras e da Infraestrutura:** Otimizar o uso das instalações e modernizar a infraestrutura, bem como uniformizar, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de manutenção e fiscalização.

11.3. Portanto a contratação pretendida abrange aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

## **12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

12.1. Trata-se de reforma e modernização do edifício que abriga a sede da SR/PF/GO. O ambiente conta com cerca de vinte anos de uso intenso. Diversos problemas são relatados, conforme restou consignado no item 2 deste documento.

12.2. A reforma visa a solucionar as dificuldades elencadas. Além disso, a substituição dos materiais de acabamento, visa a garantir melhores condições de uso, salubridade e maior conforto aos usuários. O resultado esperado é a obtenção de melhores resultados em trabalhos desenvolvidos no local.

## **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

13.1. Cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores que possam ser afetados pelas atividades:

13.1.1. O contrato está orientado para estreitar o relacionamento funcional entre a equipe de fiscalização da PF/GO, a empresa contratada e os usuários. Os servidores da Polícia Federal poderão ser indicados a fazer parte da comissão de fiscalização do contrato. O fiscal será auxiliado pelos servidores designados. A execução dos serviços é de competência da empresa contratada.

13.2. Necessidade de capacitação de servidores para atuarem na fiscalização:

13.3. Caso não haja servidores capacitados para a fiscalização da execução dos serviços na unidades da PF em GO, deverão ser recrutados servidores de outras unidades para tal fim.

13.4. Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo:

13.4.1. Mapa de riscos anexada ao processo.

## **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

14.1. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

14.2. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

14.3. Triagem adequada dos resíduos gerados nas atividades realizando a separação dos resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços em parceria com a Contratante, observados os dispositivos legais e de acordo com o Decreto 5.940 /06 e IN/MARE nº 6/1995; A disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos, peças e dos equipamentos após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

14.4. Aplicam-se ao Termo de Referência, no que for aplicável, as disposições estabelecidas na



Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI (do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambientais.

14.5. Em relação às condições de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho.

14.6. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte: (i) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços; (ii) Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE; (iii) Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE; a) a Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art. 3º, no inciso I do art. 5º, e no inciso XX do art. 7º;

## 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

15.2. Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.3. Conforme a demanda exposta no Documento de Formalização da Demanda GTED/SELOG/SR/PF/GO (142943490) e também conforme as soluções estudadas neste documento, a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

## 16. RESPONSÁVEIS

**JOÃO FRANCO DE URZÊDA JÚNIOR**

APF /Mat. PF 15.824

Integrante Requisitante da EPC

SELOG/SR/PF/GO

**CÉSAR DEL NERO SANTOS**

PCF/ SIAPE 1714257

Integrante Técnico da EPC

GTED/SELOG/SR/PF/GO



Documento assinado eletronicamente por **JOAO FRANCO DE URZEDA JUNIOR**, **Chefe de Setor**, em 14/10/2025, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CESAR DEL NERO SANTOS**, **Perito(a) Criminal Federal**, em 14/10/2025, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=142943546&crc=262A3C5D](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=142943546&crc=262A3C5D).

Código verificador: **142943546** e Código CRC: **262A3C5D**.